



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>11020.720345/2011-22</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2202-010.776 – 2ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	08 de maio de 2024
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	ELOISA AMALIA OLIBONI TOIGO
<b>RECORRIDA</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF**

Exercício: 2009

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. DEFICIÊNCIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. PRECLUSÃO.

Postas a salvo as exceções legais, compete ao sujeito passivo apresentar todo o acervo de provas necessário à boa compreensão do quadro fático-jurídico, dada a preclusão (art. 17 do Decreto 70.235/1972).

A ausência de apresentação das peças judiciais, bem como de outros elementos úteis, impede a aplicação da orientação firmada acerca do regime aplicável aos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA).

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

*(documento assinado digitalmente)*

*Sonia de Queiroz Accioly - Presidente*

*(documento assinado digitalmente)*

*Thiago Buschinelli Sorrentino - Relator(a)*

*Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Ana Claudia Borges de Oliveira, Thiago Buschinelli Sorrentino, Sonia de Queiroz Accioly (Presidente).*

## RELATÓRIO

Por bem retratar os fatos ocorridos desde a constituição do crédito tributário por meio do lançamento até sua impugnação, adoto e reproduzo o relatório da decisão ora recorrida:

Mediante Notificação de Lançamento de fls. 92/95, exige-se do contribuinte acima qualificado o recolhimento do crédito tributário no total de R\$ 17.036,08 , incluída a multa de ofício e os juros de mora calculados até 31/01/2011, em virtude da constatação de irregularidades na declaração de ajuste anual do exercício de 2009, ano-calendário de 2008.

Na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fls. 93, a fiscalização informa ter constatado omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica no valor de R\$ 39.040,54, a partir do confronto entre as informações e documentos apresentados pelo contribuinte e as informações constantes nos sistemas da Receita Federal do Brasil. Na apuração do imposto devido foi compensado IRRF no valor de R\$ 1.171,22. Complementando, informa que o valor omitido foi recebido pelo notificado por meio de ação judicial movida contra o INSS – precatório nº 2006.04.02.019877-4. Os rendimentos foram informados em DIRF pela Caixa Econômica Federal.

O contribuinte apresentou impugnação anexada às fls. 02/18 dos autos.

Incialmente alegou a nulidade do lançamento. Segundo destacou, foram violados princípios constitucionais com destaque para os Princípios da Legalidade e da Isonomia. Citou os arts. 5º e 37 da Constituição Federal. Citou também jurisprudência.

Quanto ao mérito, destacou o valor apontado como omitido teve origem em ação judicial movida contra o INSS (proc nº 2003.71.07.002879-0), que tramitou na circunscrição judiciária de Caxias do Sul/RS – Vara Federal, com o objetivo de reaver valores pagos a menor referente ao benefício previdenciário recebido mensalmente. Destacou o fato de ter recebido o valor correspondente a inúmeras parcelas do benefício conforme demonstrado nos extratos calculados pela Procuradoria Federal Especializada. Ressaltou que se os valores tivessem sido pagos nas épocas correspondentes, mês a mês, não haveria incidência do imposto de renda, uma vez que todos os valores pagos à impugnante ficariam abaixo do valor correspondente à isenção do imposto de renda.

Citou o art. 43 I e II do CTN.

Afirmou que a interpretação dada pela fiscalização ao inciso II, do art. 7º, § 1º e da Lei 7.713/88, está equivocada em razão de não ter ocorrido acréscimo patrimonial, posto que o valor foi pago em uma única parcela. Por se referir a valores que já deveriam ter sido pagos pelo INSS, o recebimento desses proventos não gerou acréscimo patrimonial.

Assim, entendendo não ser sujeito passivo do recolhimento do IR requer que sejam excluídos da presente notificação o imposto suplementar apurado juntamente com os juros de mora, por afrontar dispositivos constitucionais.

Concluindo suas razões requereu: o acolhimento da impugnação apresentada e a declaração da nulidade do lançamento;

- o afastamento do imposto de renda suplementar juntamente com os juros de mora correspondentes.

É o relatório.

Cientificado da decisão de primeira instância em 18/07/2013, o sujeito passivo interpôs, em 06/08/2013, Recurso Voluntário, alegando a improcedência da decisão recorrida, sustentando, em apertada síntese, que a tributação dos rendimentos recebidos acumuladamente em ação judicial deve ser feita sobre as tabelas e alíquotas das épocas próprias a que se referem tais rendimentos, mês a mês, e não sobre o montante global.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro(a) Thiago Buschinelli Sorrentino - Relator(a)

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço.

Não obstante entendimento em sentido contrário, formado por ocasião do exame de recursos no âmbito da 1<sup>a</sup> Turma Extraordinária desta 2<sup>a</sup> Seção, observo que esta 2<sup>a</sup> Turma Ordinária, da 2<sup>a</sup> Câmara, desta 2<sup>a</sup> Seção, firmou orientação quanto à impossibilidade de exame de nova documentação apresentada pelo recorrente, se ausente uma das hipóteses legais permissivas, interpretadas apenas com base no texto do Decreto 70.235/1972, sem a influência do CTN.

A propósito, transcrevo o seguinte trecho de manifestação apresentada pela Conselheira Sonia de Queiroz Accioly, em assentada anterior:

A deficiência da defesa na apresentação de provas, sob sua responsabilidade, não implica a necessidade de concessão de prazo.

Doutro lado a preclusão processual é um elemento que limita a atuação das partes durante a tramitação do processo, imputando celeridade em prol da pretendida pacificação social.

De acordo com o art. 16, inciso III, do Decreto nº 70.235, de 1972, os atos processuais se concentram no momento da impugnação, cujo teor deverá abranger "os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância, as razões e provas que possuir", considerando-se não impugnada a

matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante (art. 17 do Decreto nº 70.235, de 1972).

Assim não é lícito inovar após o momento de impugnação para inserir tese de defesa diversa daquela originalmente deduzida na impugnação, ainda mais se o exame do resultado tributário do Recorrente apresenta-se diverso do originalmente exposto, contrário a própria peça recursal, e poderia ter sido levantado na fase defensória.

As inovações devem ser afastadas por referirem-se a matéria não impugnada no momento processual devido.

Soma-se que, no recurso, o Recorrente não demonstrou a impossibilidade da apresentação documental, no momento legal, por força maior ou decorrente de fato superveniente.

Ressaltado meu entendimento divergente, baseado na leitura dos arts. 142, par. ún., 145, III e 149 do CTN, e art. 50 da Lei 9.784/1999, associados à Súmula 473/STF, por força do Princípio do Colegiado, alinho-me à orientação que considera inadequada a apresentação de documentação por ocasião da interposição do recurso voluntário, bem como a complementação da instrução probatória, ainda que para observância de precedentes vinculantes.

Desse modo, diante da deficiência probatória, é impossível acolher o pedido para calibrar a tributação, pertinente ao RRA.

Ante o exposto, CONHEÇO do recurso voluntário, e NEGO-LHE PROVIMENTO.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Thiago Buschinelli Sorrentino